

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

Secretaria dos Conselhos Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | socs@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 68, DE 06 DE JULHO DE 2022 – CONSUNI/UFT

Dispõe sobre a Política de Governança e Gestão de Riscos da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 06 de julho de 2022, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Política de Governança e Gestão de Riscos da Universidade Federal do Tocantins (UFT), conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Fica revogada a Resolução Consuni n.º 09/2019.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 23101.006460/2022-22.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO

Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

POLÍTICA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)

Anexo da Resolução nº 68/2022 - Consuni
Aprovada pelo Conselho Universitário em 06 de julho de 2022.

Palmas/TO,
2022

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Com a finalidade de promover o desenvolvimento e estimular os mecanismos de governança em todos os níveis da instituição, esta política define os princípios e diretrizes da governança e gestão de riscos para a Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2º Para os fins desta política ficam estabelecidos os seguintes conceitos:

I – governança pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

II – mecanismos de governança: conjunto de práticas de liderança, de estratégia e de controle que devem ser adotados pela UFT para que as funções de governança referentes à avaliação, ao direcionamento e ao monitoramento institucional sejam executadas de forma satisfatória;

III – instâncias internas de governança: unidades responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, garantindo que elas atendam ao interesse público e entreguem valor à sociedade, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São elas: o Comitê de Governança e Riscos (CGR), a alta administração e as instâncias internas de apoio à Governança.

IV – alta administração: conjunto de gestores que integram o nível estratégico da Universidade, sendo reitor, vice-reitor, pró-reitores e superintendentes.

V – instâncias internas de apoio à governança: unidades que realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como a Unidade de Auditoria Interna, que avalia os riscos e os controles internos, comunicando quaisquer inconsistências aos gestores responsáveis, ao Consuni e à CGU.

VI – risco: medido em termos de impacto e probabilidade, é o efeito das incertezas nos objetivos da instituição;

VII – risco inerente: é o risco intrínseco à atividade que está sendo realizada, está presente no estado atual das coisas, antes da adoção de medidas de resposta ao risco.

VIII – risco residual: é o risco remanescente após a adoção de medidas de resposta ao risco;

IX – gestão de riscos: conjunto de procedimentos que tem como objetivo auxiliar a tomada de decisão por meio da identificação, avaliação e monitoramento dos efeitos das incertezas, com vistas a fornecer razoável segurança no cumprimento da missão e no atingimento dos objetivos estratégicos.

X – apetite ao risco: nível de risco que uma organização está disposta a aceitar.

XI – eixo: grupo de processos internos monitorados para o alcance de um objetivo comum.

XII – diretriz: conjunto de indicadores e ações para alcançar o objetivo macro do eixo.

XIII – indicador: proposição de medida para avaliar o desempenho estabelecido diante do que foi planejado e o que foi efetivamente realizado, considerando os objetivos, metas e resultados definidos.

XIV – Sistema Naus: *software* oficial de gestão e governança da UFT.

CAPÍTULO II

DAS FUNÇÕES, PRINCÍPIOS, E MECANISMOS DA GOVERNANÇA NA UFT

Art. 3º São funções da Governança:

I – avaliar o ambiente, os cenários, o desempenho, os resultados e a visão de futuro da UFT;

II – direcionar e orientar a preparação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas e assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos;

III – monitorar os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e as expectativas das partes interessadas.

Parágrafo único. O relacionamento com as partes interessadas será efetivado com o desenvolvimento de ferramenta própria, acessível à comunidade externa, sem necessidade de prévio cadastramento onde será possível a verificação do relacionamento da universidade com os entes externos, seus processos, bem como os resultados advindos dessas interações.

Art. 4º São princípios da Governança que contribuem para a produção do maior valor possível com os recursos existentes na Universidade:

I – gestão estratégica e de riscos;

II – transparência;

III – capacidade de resposta;

IV – integridade;

V – confiabilidade;

VI – melhoria regulatória;

VII – prestação de contas responsabilidade;

§ 1º. Gestão estratégica e de riscos consiste no conjunto de procedimentos que tem como objetivo auxiliar a tomada de decisão por meio da identificação, avaliação e monitoramento dos efeitos das incertezas, com vistas a fornecer razoável segurança no

cumprimento da missão e no atingimento dos objetivos estratégicos.

§ 2º. Transparência representa o compromisso da administração pública com a divulgação das suas atividades, prestando informações confiáveis, relevantes e tempestivas à sociedade.

§ 3º. Capacidade de reposta representa a competência de uma instituição pública de atender de forma eficiente e eficaz às necessidades dos cidadãos, inclusive antevendo interesses e antecipando aspirações.

§ 4º. Integridade refere-se ao alinhamento consistente e à adesão de valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados no setor público.

§5º. a universidade deve desenvolver o Plano de Integridade, com as seguintes informações:

I - designação da Unidade de Gestão da Integridade – UGI e seu responsável;

II - levantamento da situação das unidades e instrumentos de integridade;

IV - levantamento dos riscos para a integridade prioritários e estabelecer medidas de tratamento;

V - metodologia de monitoramento e atualização periódica do plano.

§ 6º. Confiabilidade representa a capacidade das instituições de minimizar as incertezas para os cidadãos nos ambientes econômico, social e político e está ligada à observância das diretrizes estratégicas e ações prioritárias previamente discutidas e comunicadas à população, ressaltando a importância do atingimento dos objetivos determinados e a mitigação dos riscos para atingi-los.

§ 7º. Melhoria regulatória representa o desenvolvimento e a avaliação de políticas e de atos normativos em um processo transparente, baseado em evidências e orientado pela visão de cidadãos e partes diretamente interessadas. Refere-se também ao desenvolvimento de políticas e normas que garantam a efetividade e o atingimento dos objetivos de maneira transparente para a sociedade.

§ 8º. Prestação de contas e responsabilidade está relacionado com a obrigatoriedade que os agentes públicos têm de demonstrar como os recursos foram aplicados e como as políticas públicas foram desenvolvidas.

§ 9º. Os princípios da governança devem ser aplicados de forma integrada para que sejam compreendidos por todos na organização e contribuam com o aumento da confiança da gestão dos recursos perante a sociedade.

Art. 5º São mecanismos que contribuem para o exercício da Governança na UFT:

I – liderança;

II – estratégia;

III – controle.

§ 1º. O mecanismo de liderança é composto pelo conjunto de práticas de natureza

humana ou comportamental que asseguram que pessoas capacitadas, competentes, responsáveis e motivadas ocupem a alta administração e as principais posições gerenciais da Universidade, liderando as pessoas e as funções organizacionais para o alcance dos resultados esperados.

§ 2º. O mecanismo de estratégia é composto pelo conjunto de práticas de planejamento, execução e monitoramento, integrando os recursos organizacionais, direcionando de maneira coerente a atuação dos gestores e servidores da UFT.

§ 3º. O mecanismo de controle traduz-se em um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações operacionalizados de forma integrada, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que os objetivos serão alcançados.

§ 4º. Caberá ao CGR a definição dos instrumentos aplicados na universidade para a execução dos mecanismos de liderança, estratégia e controle. Tal lista será publicada e atualizada através de portaria.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Art. 6º A instância máxima de Governança da UFT é o Comitê de Governança e Riscos que tem como presidente o Reitor e é composto pelos titulares das seguintes unidades gestoras:

- I – Vice-reitoria;
- II – Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento;
- III – Pró-reitoria de Administração e Finanças;
- IV – Pró-reitoria de Graduação;
- V – Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários
- VI – Pró-reitoria de Assuntos Estudantis;
- VII – Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- VIII – Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas;
- IX – Superintendência de Tecnologia da Informação;
- X – Prefeitura Universitária;
- XI – Superintendência de Comunicação;
- XII – Chefia de Gabinete;
- XIII – Ouvidoria Geral;
- XIV – Unidade de Auditoria Interna;
- XV – Comissão Própria de Avaliação;
- XVI – Direção do Câmpus de Arraias;
- XVII - Direção do Câmpus de Gurupi;

XVIII - Direção do Câmpus de Miracema;

XIX - Direção do Câmpus de Palmas;

XX - Direção do Câmpus de Porto Nacional.

§ 1º. Os titulares das unidades serão representados por seus substitutos eventuais formalmente designados em seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares e no caso de vacância do cargo.

§ 2º. Os responsáveis pela Unidade de Auditoria Interna e pela Comissão Própria de Avaliação participam do Comitê de Governança e Riscos como consultores nos assuntos discutidos durante as reuniões.

Art. 7º É responsabilidade do Comitê de Governança e Riscos:

I – promover o desenvolvimento de um processo permanente de monitoramento das ações definidas no planejamento institucional; com ênfase nas ações de mitigação de riscos institucionais;

II – promover as diretrizes e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;

III – supervisionar o mapeamento e a avaliação dos riscos institucionais que possam comprometer a prestação de serviços de interesse público;

IV – supervisionar a gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no âmbito da Universidade;

V – supervisionar o método de priorização de temas para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;

VI – emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos;

VII – estabelecer limites de exposição a riscos globais da Universidade, bem como os limites no nível de unidades ou atividades;

VIII – promover a revisão anual das ações de mitigação dos riscos identificados;

IX – promover o desenvolvimento de um processo permanente de monitoramento das ações definidas no planejamento institucional;

X – promover a discussão na Universidade sobre as diretrizes e indicadores de monitoramento do desempenho institucional;

§1º. Caberá ao Gabinete do Reitor a responsabilidade pelo registro, por meio de atas, das atividades e deliberações relativas ao Comitê de Governança e Riscos.

§2º. As atas das reuniões do Comitê de Governança e Riscos devem ser aprovadas na mesma reunião ou na reunião subsequente.

Art. 8º Como integrante do Comitê de Governança e Riscos, a Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento tem as seguintes responsabilidades:

I – elaborar a metodologia a ser utilizada para condução do processo de gestão de

riscos;

II – orientar os gestores de riscos na identificação, análise e avaliação dos riscos inerentes às atividades institucionais, levando em consideração a probabilidade de ocorrência e o impacto do evento;

III – orientar os gestores de riscos na elaboração de planos de tratamento e ações de mitigação adotadas, considerando o grau de risco definido;

IV – contribuir com a elaboração e acompanhar a execução dos planos de ação para o tratamento dos riscos;

V – consolidar a avaliação de riscos por meio da elaboração de relatórios periódicos;

VI – apoiar e conscientizar os gestores quanto à importância da gestão de riscos e sobre a responsabilidade inerente a cada servidor nesse gerenciamento.

Art. 9º Como integrante do Comitê de Governança e Riscos, a Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas tem as seguintes responsabilidades:

I – elaborar o processo de desenvolvimento de líderes na universidade;

II – promover a gestão por competências e o processo de sucessão em todos os níveis da instituição;

III – orientar os gestores na identificação de necessidades e na elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas;

IV – promover a capacitação dos servidores referente à governança, riscos e controles, por meio da Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas, conforme descrição apresentada no Programa Escola de Desenvolvimento de Servidores da UFT e nas necessidades levantadas na universidade.

Art. 10. À Auditoria Interna, como unidade de assessoramento da gestão e instância interna de apoio à Governança compete:

I – realizar trabalhos de auditorias baseados em riscos conforme metodologia definida pela unidade;

II – avaliar os controles internos das unidades auditadas, recomendando sua adequação.

Art. 11. Os gestores dos riscos são os responsáveis pelas unidades gestoras, como pró-reitores, superintendentes, prefeito universitário e demais servidores que forem formalmente designados como responsáveis pelos riscos operacionais da unidade gestora e a eles compete:

I – identificar e avaliar os riscos relacionados aos processos de trabalho sob sua responsabilidade;

II – gerenciar os riscos de sua unidade de acordo com a política de gestão de riscos da UFT;

III – monitorar o risco ao longo do tempo e garantir a adoção de respostas tempestivas, proporcionais e necessárias para a redução dos níveis de risco a fim de mantê-los

dentro do apetite definido pela Universidade;

IV – implementar os planos de mitigação definidos para o tratamento dos riscos identificados em sua unidade gestora

V – disponibilizar as informações sobre os riscos a todos os níveis de sua unidade gestora, envolvendo todos os servidores na definição de controles para o tratamento dos riscos identificados;

VI – comunicar à Proap sobre novos riscos identificados nos processos de trabalho que estão sob sua responsabilidade.

CAPÍTULO IV

DA GOVERNANÇA DAS AQUISIÇÕES, DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, DE GESTÃO DE PESSOAS, ORÇAMENTÁRIA E DE INFRAESTRUTURA

Art. 12. A Governança das Aquisições é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia, políticas, diretrizes e estruturas organizacionais e controles, postos em prática para acompanhar, dirigir e avaliar os processos de gestão das aquisições, objetivando que estas contribuam para o alcance das metas da instituição.¹

§ 1º. A Pró-reitoria de Administração e Finanças é a unidade gestora responsável por desenvolver os mecanismos de governança das aquisições alinhados ao PDI e a esta política.

§ 2º. Cabe ao gestor da Pró-reitoria de Administração e Finanças ou à pessoa por ele designada apresentar respostas aos questionamentos feitos pelos órgãos de controle, especialmente pelo TCU durante os ciclos de levantamento do perfil integrado de governança e gestão públicas.

Art. 13. A Governança de Tecnologia da Informação é o conjunto de diretrizes, estruturas organizacionais, processos e mecanismos de controles que visam a assegurar que as decisões e ações relativas à gestão e ao uso da TI mantenham-se alinhadas às necessidades institucionais e contribuam para o cumprimento da missão e o alcance das metas organizacionais².

§ 1º. A Superintendência de Tecnologia da Informação é a unidade gestora responsável por desenvolver os mecanismos de governança de TI alinhados ao PDI e a esta política.

§ 2º. Cabe ao gestor da Superintendência de Tecnologia da Informação - STI ou à pessoa por ele designada apresentar respostas aos questionamentos feitos pelos órgãos de controle, especialmente pelo TCU durante os ciclos de levantamento do perfil integrado de governança e gestão públicas.

Art. 14. A Governança de Gestão de Pessoas é o conjunto de diretrizes, estruturas

1 Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário

2 Resolução TCU nº 247, de 07 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a Política de Governança de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União (PGTI/TCU).

organizacionais, processos e mecanismos de controles que visam a assegurar que as decisões e ações relativas à gestão de pessoas estejam alinhadas às necessidades institucionais contribuindo para o alcance das suas metas³.

§ 1º. A Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - Progedep é a unidade gestora responsável por desenvolver os mecanismos de governança de gestão de pessoas alinhados ao PDI e a esta política.

§ 2º. Cabe ao gestor da Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas ou à pessoa por ele designada respostas aos questionamentos feitos pelos órgãos de controle, especialmente pelo TCU durante os ciclos de levantamento do perfil integrado de governança e gestão públicas.

Art. 15. A Governança Orçamentária é o conjunto de diretrizes, estruturas organizacionais, processos e mecanismos de controles que visam a assegurar que as decisões e ações relativas ao processo orçamentário estejam alinhadas às necessidades institucionais contribuindo para o alcance das suas metas.

§ 1º. A Diretoria de Gestão Orçamentária é a unidade gestora responsável por desenvolver os mecanismos de governança de gestão orçamentária alinhados ao PDI e a esta política.

§ 2º. Cabe ao gestor da Diretoria de Gestão Orçamentária - DGO ou à pessoa por ele designada apresentar respostas aos questionamentos feitos pelos órgãos de controle, especialmente pelo TCU durante os ciclos de levantamento do perfil integrado de governança e gestão públicas.

Art. 16. A Governança de Infraestrutura é o conjunto de diretrizes, estruturas organizacionais, processos e mecanismos de controles que visam a assegurar que as decisões e ações relativas à infraestrutura física estejam alinhadas às necessidades institucionais contribuindo para o alcance das suas metas.

§ 1º. A Prefeitura Universitária é a unidade gestora responsável por desenvolver os mecanismos de governança de gestão da infraestrutura física alinhados ao PDI e a esta política.

§ 2º. Cabe ao gestor da Prefeitura Universitária ou à pessoa por ele designada apresentar respostas aos questionamentos feitos pelos órgãos de controle, especialmente pelo TCU durante os ciclos de levantamento do perfil integrado de governança e gestão públicas.

CAPÍTULO V

DO GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Art. 17. A política de gestão de riscos orienta o gerenciamento dos riscos e contribui para o alcance dos objetivos definidos, por meio da utilização da visão de riscos como subsídio durante a tomada de decisões.

Art. 18. A gestão de riscos da Universidade está alinhada com os objetivos

³ Idem

estratégicos e com os eixos do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e deve permitir o tratamento adequado dos eventos (riscos), de forma a melhorar a capacidade de construir valor, proporcionando serviços mais efetivos, eficientes e eficazes, utilizando-se dos seguintes princípios:

I – gestão de riscos sistemática, estruturada, oportuna e subordinada ao interesse público;

II - utilização da gestão de riscos para apoiar a melhoria contínua dos processos organizacionais;

III- estabelecimento adequado dos níveis de riscos, com base na probabilidade e no impacto do evento;

IV - estabelecimento de procedimentos de controle interno proporcionais ao risco, visando fornecer segurança razoável do atingimento dos objetivos e entrega de valor às partes interessadas;

V - utilização do mapeamento de riscos para apoio à tomada de decisão.

Art. 19. O processo de gestão de riscos possui as seguintes fases:

I – estabelecimento de contexto: etapa de levantamento e definição dos parâmetros externos e internos que devem ser levados em consideração para a identificação dos riscos;

II – identificação dos riscos: etapa de identificação e descrição dos eventos de risco, considerando suas causas e consequências e com base nas diretrizes e objetivos estratégicos definidos no PDI;

III – avaliação dos riscos: etapa em que são consideradas a probabilidade de ocorrência e o impacto (consequência) do risco para a instituição, observando-se:

a) descrição do evento de risco deve considerar as causas e fontes do risco, a descrição do impacto (consequência ou efeito) e demonstrar a dimensão do impacto no objetivo.

b) a probabilidade e o impacto são mensurados de acordo com os valores definidos pela instituição na matriz de risco;

c) a probabilidade depende da correlação entre as vulnerabilidades e ameaças presentes no processo e para sua identificação deve-se considerar aspectos históricos, internos, externos, estruturais com a finalidade de demonstrar a frequência da ameaça e será calculada conforme a Figura abaixo:

Figura 1. Escala de probabilidade

PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO DA PROBABILIDADE, DESCONSIDERANDO OS CONTROLES	PESO
Muito baixa	Improável. Em situações excepcionais, o evento poderá até ocorrer, mas nada nas circunstâncias indica essa possibilidade.	1
Baixa	Rara. De forma inesperada ou casual, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade.	2
Média	Possível. De alguma forma, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade.	5
Alta	Provável. De forma até esperada, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade.	8
Muito alta	Praticamente certa. De forma inequívoca, o evento ocorrerá, as circunstâncias indicam claramente essa possibilidade.	10

Fonte: Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU. Brasil-TCU, 2018

d) o impacto se refere aos danos ou prejuízos (consequências) do evento de risco, caso ele venha a se materializar e seu nível é mensurado de acordo com a extensão e a gravidade das consequências resultantes da sua concretização e será calculado conforme a tabela abaixo:

Figura 2. Escala de impacto

IMPACTO	DESCRIÇÃO DO IMPACTO NOS OBJETIVOS, CASO O EVENTO OCORRA	PESO
Muito baixo	Mínimo impacto nos objetivos (estratégicos, operacionais, de informação/comunicação/divulgação ou de conformidade).	1
Baixo	Pequeno impacto nos objetivos (idem).	2
Médio	Moderado impacto nos objetivos (idem), porém recuperável.	5
Alto	Significativo impacto nos objetivos (idem), de difícil reversão.	8
Muito alto	Catastrófico impacto nos objetivos (idem), de forma irreversível.	10

Fonte: Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU. Brasil-TCU, 2018

IV – priorização dos riscos: etapa em que os riscos são dispostos na matriz, conforme o nível identificado, podendo ser assim classificado, de acordo com as cores correspondentes e a matriz demonstrada a seguir:

- a) verde: risco baixo, cujos valores estão entre 1 e 8;
- b) amarelo: risco médio, cujos valores estão entre 10 e 20;
- c) laranja: risco alto, cujos valores estão entre 40 e 64;
- d) vermelho: risco extremo, cujos valores estão entre 80 e 100.

Figura 3 – Matriz de riscos

PROBABILIDADE	10	10	20	50	80	100
	8	8	16	40	64	80
	5	5	10	25	40	50
	2	2	4	10	16	20
	1	1	2	5	8	10

	1		2		5		8		10
IMPACTO									

Fonte: Elaborado pela Proap

V – definição de resposta ao risco: etapa em que os riscos são avaliados dentro do apetite definido pela instituição para que sejam determinadas as respostas que serão dadas aos riscos, podendo ser:

a) aceitar: resposta dada ao risco que está dentro do apetite definido pela organização e que não requer medidas para redução de seu impacto ou probabilidade, sendo utilizado o monitoramento para garantir que tal risco mantenha-se em um nível aceitável;

b) mitigar: resposta dada ao risco por meio da implementação de controles para redução dos índices de probabilidade e impacto;

c) compartilhar: resposta dada ao risco quando há redução do impacto e da probabilidade se dá por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do evento de risco;

d) evitar: resposta dada ao risco por meio da descontinuidade ou da não inicialização das atividades e processos que geram os eventos de risco.

Parágrafo único. A resposta ao risco será identificada de acordo com o apetite ao risco definido pela instituição em documento próprio, denominado declaração de apetite ao risco, conforme Anexo II.

Art. 20. O monitoramento dos riscos será feito pelo sistema Naus – Módulo Riscos, de maneira contínua, conforme os parâmetros estabelecidos durante a definição dos riscos e terá como objetivo a diminuição do nível de risco para um grau que esteja dentro do apetite definido pela instituição na Declaração de Apetite ao Risco.

§ 1º. A inserção dos dados da avaliação do nível dos riscos será feita semestralmente pelos gestores dos riscos, assim identificados no módulo de riscos do Naus.

§ 2º. O Comitê de Governança e Riscos acompanhará o monitoramento dos riscos institucionais por meio de relatórios encaminhados semestralmente, sempre após as medições, pela Diplan.

Art. 21. Os riscos terão a seguinte categorização:

I – riscos estratégicos: aqueles que podem afetar o alcance dos objetivos estratégicos e o desenvolvimento dos eixos e diretrizes definidas durante a construção do PDI e estão diretamente ligados à tomada de decisões e entrega de valor;

II – riscos operacionais: aqueles que englobam todas as possíveis falhas internas decorrentes de deficiências ou inadequação de processos, estrutura, pessoas, sistemas, tecnologias.

III – risco para a integridade: aqueles que configuram ação ou omissão que podem favorecer a ocorrência de fraudes, atos de corrupção, irregularidades, desvios éticos e de conduta, que comprometem os valores da instituição e estejam descritos no Programa de Integridade da instituição.

Art. 22. O gerenciamento dos riscos dar-se á de maneira gradual, até que todos os setores da universidade estejam com seus riscos e processos mapeados e gerenciados.

§ 1º. Para a construção do PDI serão definidos os riscos que impactam diretamente o atingimento dos objetivos estratégicos e dos eixos definidos.

§ 2º. Os riscos operacionais serão definidos de acordo com cronograma estabelecido pela Proap para mapeamento dos processos e riscos operacionais em cada unidade gestora da universidade.

§ 3º. O plano de contingenciamento será elaborado a partir do momento em que o nível de maturidade da instituição para a gestão de riscos alcançar 30%, conforme avaliação periódica realizada pela Unidade de Auditoria Interna através de metodologia definida pelo Tribunal de Contas da União.

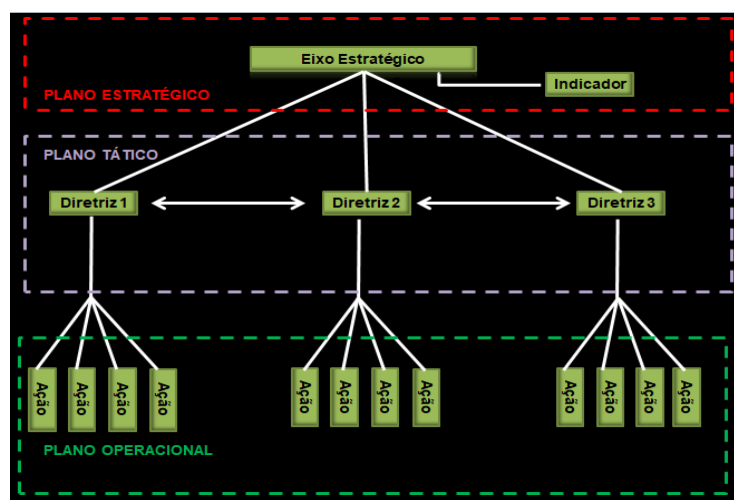
CAPÍTULO VI

DO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

Art. 23. O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2021-2025 é o documento norteador da universidade para o período especificado e sua estrutura visa integrar as unidades gestoras, os riscos institucionais e os objetivos de desenvolvimento sustentável na definição e desenvolvimento das ações que foram previstas.

§ 1º. O PDI está estruturado conforme a demonstração a seguir:

Figura 4. Estrutura do PDI



Fonte: PDI UFT 2021-2025

§ 2º. A integração entre as unidades gestoras é concretizada com os grandes projetos integradores, que têm o propósito de agrupar UGs que possuem objetivos em comum a fim de desenvolverem ações em conjunto de maneira a proporcionar uma maior entrega de valor à sociedade.

§ 3º. A gestão de riscos e a governança pública são integradas ao PDI por meio da identificação dos eventos que podem afetar os objetivos institucionais e das ações desenvolvidas

para direcionar as políticas e a prestação de serviço à sociedade.

§ 4º. Os objetivos para o desenvolvimento sustentável – ODS estão presentes no plano e diretamente relacionados às diretrizes, visando integrar a universidade ao panorama mundial da jornada coletiva para a sustentabilidade e garantir o desenvolvimento de ações inovadoras, ousadas e transformadoras que convirjam para o fornecimento de produtos e serviços que garantam a participação da UFT na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

§ 5º. Os desafios e objetivos estratégicos que foram definidos no PDI contribuem para o direcionamento que a instituição pretende seguir nos próximos anos. Para cada desafio e objetivo estratégico existem indicadores que serão monitorados conforme metodologia descrita no item “do gerenciamento dos indicadores”.

DESAFIOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS UFT	INDICADORES
Desafio 1 - Educação inovadora com excelência acadêmica	1.1 - Elevar o conceito institucional	Conceito Institucional (INEP – MEC)
	1.2 - Melhorar os conceitos de avaliação dos cursos de graduação	% de cursos de graduação com CPC 4 e 5
		% de cursos de graduação com conceitos Enade 4 e 5
		Taxa de Sucesso da Graduação- TSG
	1.3 Melhorar os conceitos de avaliação dos cursos de pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Índice Geral de Cursos - IGC
		% de cursos de pós-graduação nível mestrado com Conceito 4 ou 5
	1.4 Institucionalizar nos PPCs dos cursos de graduação a utilização de novas tecnologias educativas compatíveis ao mundo 4.0.	% de cursos de pós-graduação nível doutorado com Conceito 6 ou 7
		% de cursos com PPC atualizados conforme diretrizes do PPI (partindo do princípio de mudanças inovadoras traçadas pela estratégia da UFT).
	1.5 Institucionalizar a extensão nos cursos de graduação e pós-graduação	% de cursos com creditação da extensão instituída
	1.6 Internacionalizar os cursos de graduação e pós-graduação	% de cursos internacionalizados
	1.7 Fortalecer e promover melhores condições para a oferta de cursos e disciplinas na modalidade EaD	Cursos híbridos implementados
		% de cursos EaD com conceito 4 e 5
		Qualificação na EaD

DESAFIOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS UFT	INDICADORES
	1.8 Integrar ensino de graduação e pós-graduação	Nº de ações integradas de graduação e pós-graduação
Desafio 2 - Inclusão social	2.1 - Elevar o número de matrículas e a permanência de alunos nos cursos de graduação	% alunos evadidos nos cursos de graduação % de alunos retidos nos cursos de graduação
	2.2 - Adequar toda a infraestrutura da universidade para atender os requisitos de acessibilidade	% de acessibilidade física % de acessibilidade digital no site da UFT
	2.3 Oportunizar o ingresso, a permanência e a conclusão de alunos com vulnerabilidade socioeconômica e de estudantes indígenas e quilombolas	% de alunos atendidos pelos programas de assistência estudantil da UFT com auxílio financeiro
		% de alunos indígenas e quilombolas formados
		% de alunos com vulnerabilidade socioeconômica formados
		Realização de análise socioeconômica
		% atendimento de alunos pelos programas de assistência estudantil % de alunos atendidos nos restaurantes universitários % de alunos com vulnerabilidade socioeconômica atendidos nos restaurantes universitários
	2.4 Consolidar políticas de assistência estudantil	Espaços para assistência estudantil Auxílios concedidos Alunos atendidos pelos programas de assistência estudantil Alunos atendidos nos restaurantes universitários

DESAFIOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS UFT	INDICADORES
Desafio 3 - Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo	3.1 Elevar a captação de recursos próprios por meio de prestação de serviços técnicos e de transferência de tecnologias (royalties)	% de recursos externos captados por meio da prestação de serviços técnicos Nº de laboratórios prestadores de serviços técnicos e de alta tecnologia e prototipagem % de recursos externos captados com licenciamento e transferência de tecnologias (patentes, softwares e know how)
	3.2 Fomentar a criação e o desenvolvimento de mecanismos de geração de empreendimentos inovadores	Mecanismos geradores de empreendimentos
	3.3 Fortalecer o NIT e consolidar as políticas de Propriedade Intelectual, Inovação Tecnológica e Transferência de Tecnologia	Pedidos de patentes Patentes licenciadas Outros tipos de Ativos de Propriedade Intelectual
	3.4 Fortalecer as atividades de pesquisa e de inovação, ampliando a produção acadêmica e tecnológica, na Universidade.	Acordos de parceria, convênios e contratos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
	3.5 – Consolidar um ecossistema de Inovação e Empreendedorismo integrado e articulado	Nº de <i>Hubs</i> (espaço físico) de inovação nos câmpus Nº empreendimentos inovadores de base tecnológica Quantidade de ações articuladas com outras ICTs, empresas privadas e poder público
Desafio 4 - Reconhecimento social	4.1 Estimular a inserção social da universidade gerando conhecimento e inovação à sociedade	Público alcançado por programas e projetos de extensão Proporção de estudantes de graduação envolvidos com extensão

DESAFIOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS UFT	INDICADORES
	4.2 Elevar a inserção e reconhecimento social da UFT no Estado do Tocantins	Nº de Municípios atingidos Ações de extensão no estado do Tocantins Nº de municípios polo de cursos EaD
	4.3 Consolidar a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a transferência de tecnologias para a sociedade	Patentes depositadas % de aumento do total de recursos captados por meio da prestação de serviço técnico-especializado
Desafio 5 - Mecanismos de governança pública	5.1 – Elevar o índice Integrado de Governança e Gestão – iGG	iGG iGovPub (índice de governança pública)
	5.2 - Elevar o Índice de Governança em Gestão de Pessoas	iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas) iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)
	5.3 - Elevar o Índice de Governança em Tecnologia da Informação	iGovTI (índice de governança e gestão de TI) iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)
	5.4 - Efetivar e intensificar as atividades do Comitê de Governança Digital – CGD	Atividades efetivas do CGD
	5.5 - Elevar o Índice de Governança em Aquisições	iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações) iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)
	5.6 – Reduzir os níveis de risco estratégico	Nível de risco estratégico
	5.7 – Elevar o índice de Maturidade da Gestão de Riscos	Nível de Maturidade
	5.8 - Induzir a cultura da governança em todos os níveis da universidade	% de unidades gestoras da reitoria com todos os processos e riscos mapeados % de câmpus com todos os processos e riscos mapeados

DESAFIOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS UFT	INDICADORES
		% cumprimento das diretrizes de ensino do PDI 2021 – 2015
		% cumprimento das diretrizes de pesquisa do PDI 2021 – 2015
	5.9 – Direcionar a governança para as áreas finalísticas da universidade	% cumprimento das diretrizes de extensão do PDI 2021 – 2015
		% cumprimento das diretrizes de assistência estudantil do PDI 2021 - 2015

Fonte: PDI UFT 2021-2025

Art. 24. Para o desenvolvimento das ações descritas no PDI as unidades gestoras deverão construir os Planos Anuais de Trabalho – PAT no sistema Naus de acordo com os prazos estabelecidos e informados pela Proap.

§ 1º. O sistema Naus é o software de governança da Universidade e a ferramenta de gestão capaz de integrar funcionalidades e informações necessárias para análise e tomada de decisões

§ 2º. É dever dos responsáveis pelas unidades gestoras inserir as informações no sistema sempre que solicitado.

§3º. O módulo gestão do PDI deve ser preenchido nas seguintes datas:

I - até o último dia do mês de fevereiro do exercício vigente deve ser construído o Plano Anual de Trabalho (PAT) das unidades gestoras que deverão selecionar todas as ações planejadas para o exercício e descrever as principais tarefas que contribuem para o cumprimento da ação definindo, para cada tarefa, o período de realização, o responsável por desenvolvê-la e a meta prevista para a tarefa, podendo esta ser no formato numérico ou percentual;

II - até o dia 15 de agosto de cada exercício as tarefas que foram realizadas durante o primeiro semestre devem ter suas metas atualizadas para efeitos de realização da Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE;

III - sempre que uma tarefa for executada, o responsável deve informar seu cumprimento na sessão “minhas tarefas” do sistema Naus, não sendo necessário esperar a abertura do sistema para a inserção desse tipo de informação;

IV - até o último dia do janeiro do exercício subsequente os PATs das unidades gestoras devem ser finalizados e para isso os gestores devem inserir um breve relato e apresentar, sempre que possível, as evidências e justificativas quanto ao cumprimento ou não de cada ação planejada para o exercício do PAT que está sendo encerrado.

§4º. O módulo de riscos deve ser preenchido semestralmente, sempre até o dia 15 de agosto do exercício corrente e até o dia 31 de janeiro do exercício subsequente;

§5º. O módulo de indicadores deve ser preenchido anualmente, até o dia 31 de março do exercício posterior às informações apresentadas.

§6º. As unidades que deixarem de preencher o sistema no prazo estabelecido pela Proap para cadastrar as tarefas, informar o cumprimento das metas, finalizar os PATs, avaliar os riscos e os indicadores, terão como consequência o bloqueio orçamentário, visto que os dados do sistema são levados em consideração para a definição e distribuição de limites orçamentários, e seus gestores serão responsabilizados pela omissão de informações necessárias à prestação de contas da universidade à sociedade.

Art. 25. O gerenciamento das ações e a avaliação quanto ao atingimento dos objetivos traçados deverá utilizar os dados constantes do sistema Naus e será realizado conforme os prazos definidos nesta Resolução.

§ 1º. A fim de garantir o acompanhamento contínuo do progresso das unidades gestoras, foram designadas gerências para cada grupo de UG.

§ 2º. Os servidores responsáveis pelas Gerências das UGs têm as seguintes responsabilidades:

- I - acompanhar de maneira contínua o desempenho das unidades sob sua gerência;
- II – realizar reuniões trimestrais com os responsáveis pelas UGs ou com as pessoas por eles designadas para avaliar o desempenho das unidades e propor medidas de intervenção que garantam o atingimento dos objetivos propostos;
- III – verificar se as ações mitigadoras de responsabilidade das unidades gerenciadas estão sendo priorizadas e desenvolvidas pelas unidades gestoras e propor medidas para garantir razoavelmente o atingimento dos objetivos;
- IV – analisar se as ações das unidades sob sua gerência que tenham relação direta com o desempenho dos indicadores estão sendo desenvolvidas e propor medidas que sejam capazes de elevar os índices da universidade;
- V – verificar se as ações para as quais foram destinados recursos foram cumpridas, comparando com a utilização dos valores da ação.

§ 3º. As unidades gestoras estão distribuídas da seguinte maneira:

I - Gerência 1 - responsável pelas seguintes unidades gestoras: Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Proest); Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex); Pró-reitoria de Administração e Finanças (Proad); Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento (Proap) e Câmpus de Gurupi;

II - Gerência 2 – responsável pelas seguintes unidades: Prefeitura Universitária; Diretoria de Tecnologias Educacionais (DTE); Unidade de Auditoria Interna (Audin); Gabinete do Reitor (Comissão Própria de Avaliação – CPA, Diretoria de Gestão Documental – Digid, Ouvidoria e Vice-reitoria) e Câmpus de Porto Nacional;

III - Gerência 3 – responsável pelas seguintes unidades: Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (Progedep); Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (Propesq); Superintendência de Tecnologia da Informação (STI); Coordenação Permanente de Seleção (Copese) e Câmpus de Miracema;

IV - Gerência 4 – responsável pelas seguintes unidades: Pró-reitoria de Graduação (Prograd); Superintendência de Comunicação (Sucom); Rádio; Câmpus de Palmas e Câmpus de Arraias.

§ 4º. A distribuição das unidades gestoras pode sofrer alteração de acordo com a conveniência, as mudanças na estrutura da universidade e a quantidade de servidores disponíveis para gerenciar as unidades.

Art. 26. Para a demonstração dos resultados e a definição de estratégias para atingimento dos objetivos propostos no PDI, serão realizadas as seguintes etapas:

I - realização de reuniões trimestrais das gerências com as unidades gerenciadas;

II - realização de duas Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAE, convocadas pela Proap, com os objetivos descritos a seguir:

a) Primeira RAE, realizada após a finalização do prazo para a construção do PAT, visa apresentar as ações que serão realizadas durante o exercício e a revisão das metas definidas para os indicadores;

d) Segunda RAE, realizada entre os meses de julho e agosto, tem a finalidade de demonstrar o acompanhamento e o monitoramento das ações durante o primeiro semestre e definir as estratégias para o atingimento dos objetivos no segundo semestre.

III. Realização de reuniões para orientação das unidades gestoras sempre que as gerências observarem a necessidade ou quando a UG solicitar.

§1º. Na RAE estarão presentes o reitor e/ou o vice-reitor; chefe de gabinete; assessores; pró-reitores; superintendentes; prefeito universitário; diretores das pró-reitorias, superintendências e prefeitura universitária; chefe da unidade de auditoria interna; ouvidor; presidente da comissão permanente de avaliação; diretores e administradores dos câmpus e outros servidores que os gestores julgarem necessária a participação.

§2º. As reuniões serão registradas em memória de reunião, conforme modelo apresentado no Anexo III.

§3º. Cada responsável de unidade gestora deverá apresentar o cumprimento das ações de sua UG, relacionando-o aos indicadores e objetivos estratégicos sob sua responsabilidade.

CAPÍTULO VII

DO GERENCIAMENTO DOS INDICADORES INSTITUCIONAIS

Art. 27. A mensuração do atingimento dos objetivos será feita por meio dos indicadores definidos no PDI para os objetivos estratégicos e eixos.

Parágrafo único. Os indicadores da universidade estão divididos de acordo com a categoria em indicadores de gestão, indicadores do TCU e indicadores de governança.

Art. 28. Os indicadores têm seu período de coleta anual e seus resultados são

apresentados no Relatório de Gestão da Universidade.

Art. 29. Os indicadores de gestão estão dispostos em uma ficha anexa a esta Resolução, onde são detalhados e têm seus responsáveis e metas definidos.

§ 1º. Para melhor compreensão dos resultados, os indicadores serão apresentados em uma tabela com hierarquização de cores de acordo com o atingimento ou não da meta estabelecida anualmente:

I - vermelho: indicador abaixo da meta definida - devem ser definidas ações para o alcance da meta;

II - verde: indicador dentro da meta definida - as ações devem ser mantidas para garantir o alcance da meta;

III - laranja: indicador acima da meta - os esforços da unidade devem ser direcionados a outros indicadores para o alcance de todas as metas;

IV - cinza: indicador sem informação/coleta de dados – o gestor deve providenciar a coleta dos dados para a classificação e acompanhamento do indicador.

§ 2º. O monitoramento dos indicadores será feito com a utilização do sistema Naus – Módulo Indicadores, de maneira contínua, conforme os parâmetros estabelecidos durante o cadastro e terá como objetivo o atingimento das metas estabelecidas tanto para o exercício quanto para o período total do PDI.

§ 3º. Os servidores responsáveis por gerenciar as unidades, conforme estabelecido no art. 26 também farão o acompanhamento dos resultados dos indicadores e indicarão nas reuniões trimestrais e na RAE o andamento das ações que contribuem para o bom desempenho dos índices.

§ 4º. Os responsáveis pelas unidades gestoras ou a pessoa por eles formalmente designada deverão inserir a medição no período estabelecido para que os dados estejam acessíveis ao Comitê de Governança e Riscos a fim de auxiliar na tomada de decisões.

§ 5º. As unidades que deixarem de preencher as informações dos indicadores no sistema terão como consequência o bloqueio orçamentário, visto que os resultados dos indicadores também são levados em consideração para a definição e distribuição de limites orçamentários, e seus gestores serão responsabilizados pela omissão de informações necessárias à prestação de contas da universidade à sociedade.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. Os casos omissos serão analisados pelo Comitê de Governança e Riscos, instância máxima de governança na instituição.

Art. 31. Fica revogada a Resolução Consuni nº 09/2019.

ANEXO I – FICHA DOS INDICADORES DOS DESAFIOS E DAS DIRETRIZES

EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL							
Nº	INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	FORMATO	FONTE DE COLETA	PERIODICIDADE	MEMÓRIA DE CÁLCULO	RESPONSÁVEL PELA COLETA
1	Conceito Institucional	Resultado da autoavaliação institucional	Numérico	Inep	Anual	O indicador não possui um intervalo de variação definido e quanto maior o resultado apurado, melhor. A escala de notas, da mais baixa para a mais alta vai de 1 a 5.	Proap
2	Eficiência da CPA	$(\text{n}^\circ \text{ de recomendações emitidas} / \text{n}^\circ \text{ de recomendações atendidas}) * 100$	Porcentagem	CPA	Anual	Relacionar as recomendações emitidas e atendidas no período. Tanto a emissão quanto o atendimento são cumulativos, ou seja, as quantidades não "zeram" com o final do exercício.	CPA
3	Índice de participação da comunidade acadêmica na autoavaliação	$(\text{N}^\circ \text{ de respostas} / (\text{N}^\circ \text{ de total de discentes} + \text{n}^\circ \text{ total de docentes da instituição})) * 100$	Porcentagem	Respostas apresentadas nos questionários da autoavali	Anual	Utilizar a quantidade total de respostas recebidas na autoavaliação, independente da categoria e dividir pela soma dos integrantes da	CPA

				ação		comunidade acadêmica.	
4	Índice de alcance da Reunião de Avaliação da Estratégia - R A E	(nº de reuniões realizadas no período/nº de unidades gestoras com participante na reunião) * 100	Porcentagem	Listas ou gravações das reuniões	Anual	Quantidade de reuniões de avaliação da estratégia realizadas relacionada com a quantidade de unidades gestoras que enviaram representante para participar da reunião	Proap
5	Eficiência da divulgação do processo de autoavaliação	(nº de ações de divulgação realizadas/nº de respostas recebidas) * 100	Porcentagem	CPA	Anual	Ação de divulgação é qualquer ação realizada para divulgar o processo de autoavaliação. Exemplo: chamada no site é uma ação, publicação de card nas redes sociais é uma ação, envio de e-mail com chamada para participar da autoavaliação é uma ação	CPA
EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL							
6	Cumprimento das recomendações da Audin	(nª recomendações da Audin atendidas/nº de recomendações da Audin emitidas) * 100	Porcentagem	Audin	Anual	Utilizar as recomendações da auditoria interna atendidas e emitidas que estão no estoque de recomendações para realizar o cálculo	Audin

7	Cumprimento das recomendações da CGU	(nª recomendações da CGU atendidas/nº de recomendações da CGU emitidas) * 100	Porcentagem	Audin	Anual	Utilizar as recomendações da CGU atendidas e emitidas que estão no estoque de recomendações para realizar o cálculo	Audin
8	Cumprimento das recomendações do TCU	(nª recomendações do TCU atendidas/nº de recomendações do TCU emitidas) * 100	Porcentagem	Audin	Anual	Utilizar as recomendações/determinações do TCU atendidas e emitidas que estão no estoque de recomendações para realizar o cálculo	Audin
9	Cumprimento das diretrizes do PDI	(%D1+%D2+....+%Dn)/n	Porcentagem	Naus	Anual	O indicador demonstra a somatória do percentual de realização de cada diretriz dividida pelo número total de diretrizes (média). Legenda: D = diretriz; n = número de diretrizes.	Proap
10	Acordos de parceria, convênios e contratos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	Nº de acordos de parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação + Nº de convênios e contratos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	Numérico	NIT	Anual	Somatório das variáveis: 1) Nº de acordos de parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; 2) Nº de convênios e contratos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.	Propesq
11	Ações articuladas com outras ICTs, empresas privadas e poder	Nº de acordos de cooperação técnica firmados entre ICT e empresas + Nº de redes ou projetos multi-institucionais	Numérico	NIT	Anual	Somatório de variáveis: 1) Nº de convênios (acordos de cooperação) firmados entre ICT e empresas vigentes;	Propesq

	público					2) Nº de redes ou projetos multi-institucionais (vigentes).	
12	% de recursos externos captados por meio da prestação de serviços técnicos	(recursos externos captados por meio da prestação de serviços técnicos/total de recursos externos captados) * 100	Porcentagem	Propesq	Anual	Utilizar o valor que é captado com a prestação de serviços técnicos em relação ao montante de recursos externos captados pela UFT destinados à pesquisa e extensão	Propesq
13	Índice de alunos por curso à distância	(nº total de alunos da graduação à distância ativos / nº total de cursos de graduação à distância)	Numérico	SIE	Anual	Utilizar o número total de alunos da graduação à distância ativos e relacionar com o número total de cursos de graduação à distância	Prograd
14	Relação Curso e Polo implantado	nº de novas turmas EaD em polos novos/nº novos polos EaD	Numérico	DTE	Anual	Para o número de novas turmas considerar os cursos que foram implantados nos polos abertos no período em análise e os novos polos são as novas unidades estabelecidas em novos municípios no período em análise	DTE
EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS							
15	Taxa de Sucesso da Graduação - TSG	MEC	Porcentagem	MEC	Anual	Utilizar a metodologia de cálculo do MEC	Prograd
16	Cursos com PPC atualizado conforme	[(curso de graduação presencial com PPC atualizado + curso de	Porcentagem	Prograd	Anual	Considerar o somatório dos cursos de graduação presenciais com PPC	Prograd

	diretrizes do PPI	graduação EaD com PPC atualizado)/(total de cursos de graduação presenciais + total de cursos de graduação EaD)] * 100				atualizado no período, o somatório de cursos de graduação EaD com PPC atualizado no período e dividir pelo somatório do total de cursos de graduação presenciais e Ead da universidade	
17	Cursos híbridos implementados	cursos de graduação híbridos implementados/total de cursos de graduação presencial da universidade	Porcentagem	Prograd	Anual	Considerar a quantidade de cursos híbridos implementados no período dividida pela quantidade de cursos de graduação presenciais da universidade. Um curso é considerado híbrido quando oferece ao menos uma disciplina na modalidade à distância por período.	Prograd
18	Índice de trabalhos apresentados	(apresentação de trabalhos de discentes em eventos + apresentação de trabalhos de docentes em eventos)/(total de trabalhos produzidos) * 100	Porcentagem	Propesq	Anual	Utilizar a quantidade de trabalhos docentes e discentes apresentadas em eventos, congressos, simpósios e relacionar com o total de trabalhos produzidos, apresentados ou não.	Propesq
19	Recurso destinado à produção discente	(Recurso destinado à participação discente em eventos de pesquisa/produção discente)	Moeda	Propesq	Anual	Valor destinado à participação dos alunos em eventos científicos relacionado com a produção discente no período	Propesq

20	Proporção de estudantes de graduação envolvidos com extensão	(Nº de alunos da graduação presencial envolvidos em ações de extensão / Nº total de alunos da graduação presencial com matrícula ativa) * 100	Porcentagem	Proex	Anual	Utilizar a quantidade total de alunos da graduação presencial que participam da equipe de execução de atividades de extensão e dividir pela quantidade total de alunos da graduação presencial com matrícula ativa no período	Proex
21	Índice Geral de Cursos - IGC	Calculado pelo MEC	Numérico	MEC	Anual	O indicador não possui um intervalo de variação definido e quanto maior o resultado apurado, melhor. A escola de notas, da mais baixa para a mais alta vai de 1 a 5	Prograd
22	Taxa de Evasão		Porcentagem	Prograd	Anual		
23	Taxa de Retenção		Porcentagem	Prograd	Anual		
24	Grau de envolvimento discente com pós-graduação	$GEPG = APG / (AG + APG)$	Numérico	Propesq e Prograd	Anual	Indicador cobrado pelo Tribunal de Contas da União, no qual, segundo a metodologia própria, não são considerados os alunos de cursos de mestrado profissionalizante e nem de cursos à distância. Legenda: APG = Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação strictu sensu (mestrado e	Propesq

						doutorado) de programas acadêmicos presenciais; AG = total de alunos efetivamente matriculados na graduação presencial.	
25	Conceito Capes	Σ conceito de todos os programas de pós-graduação Strictu Sensu acadêmicos / N° de programas acadêmicos da UFT	Numérico	Capes	Anual	É um indicador cobrado pelo Tribunal de contas da União, que considera a média aritmética dos conceitos de todos os programas de pós-graduação strictu sensu acadêmicos, pois, nesta metodologia, não se considera cursos de mestrado profissionalizante. Deve-se ter o cuidado para não contabilizar programas que ainda não foram avaliados, conforme normas do TCU. Não se considera programas MINTER E DINTER	Proap
26	Alcance da EdUft na sociedade	n° publicações pela EdUFT de autores externos/n° total de publicações da EdUFT	Porcentage m	EdUFT	Anual	Utilizar a quantidade total de publicações realizadas pela editora no período relacionando com a quantidade de autores externos à UFT (autores que não se enquadram na categoria de servidores e discentes)	Propesq

27	Alcance da comunicação da UFT	(n° de matérias vinculadas no site + n° de posts nas redes sociais / total de visualizações das matérias do site + total de visualização dos posts nas redes sociais) / 100	Porcentagem	Sucom	Anual	Demonstrar o alcance das matérias postadas no site da universidade e dos posts feitos nas redes sociais oficiais da universidade. Considerar rede social oficial da UFT: facebook, instagram, twitter e youtube	Sucom
28	Índice de alunos por curso presencial	(n° total de alunos da graduação presencial ativos/n° total de cursos de graduação presencial)	Numérico	SIE	Anual	Utilizar o número total de alunos da graduação presencial ativos e relacionar com o número total de cursos de graduação presencial	Prograd
29	Taxa de docentes envolvidos com pesquisa	$TDP = (N^{\circ} \text{ de docentes envolvidos com pesquisa} / N^{\circ} \text{ total de docentes efetivos da Universidade}) * 100$	Porcentagem	Propesq e Progedep	Anual	Devem ser considerados cursos acadêmicos e profissionais da UFT. Não poderá ocorrer dupla contagem de pessoas que participem de mais de um projeto de pesquisa. Também será considerado o quantitativo de docentes da UFT que participam de cursos em rede. Para o número total de docentes da Universidade deverá considerar apenas os efetivos.	Propesq e Proap

30	Taxa de discentes envolvidos com pesquisa	$TAP = (N^{\circ} \text{ de alunos envolvidos com pesquisa} / N^{\circ} \text{ de alunos matriculados na Graduação presencial + Pós-Graduação Strictu Sensu}) * 100$	Porcentagem	Propesq e Prograd	Anual	Devem ser considerados alunos matriculados de cursos strictu sensu acadêmicos e profissionais da UFT. No caso dos matriculados de graduação considerar apenas cursos presenciais. Não poderá ocorrer dupla contagem de pessoas que participem de mais de um projeto de pesquisa. Os alunos da UFT de cursos em Rede também serão considerados.	Propesq e Proap
31	Grau de Envolvimento Discente com a Pós-Graduação <i>Strictu Sensu</i> - GEPG	$GEPG = APG / (AG + APG)$	Numérico	Propesq e Prograd	Anual	Indicador cobrado pelo Tribunal de Contas da União, no qual, segundo a metodologia própria, não são considerados os alunos de cursos de mestrado profissionalizante e nem de cursos à distância. Legenda: APG = Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação strictu sensu (mestrado e doutorado) de programas acadêmicos presenciais; AG = total de alunos efetivamente matriculados na graduação presencial.	Proap

32	Alcance dos eventos de iniciação científica, pesquisa e inovação	nº de eventos realizados / nº de participantes docentes, técnicos e discentes da UFT	Numérico	Propesq	Anual	Utilizar o número de eventos de iniciação científica, pesquisa e inovação realizados pela UFT, relacionando à quantidade de participantes da comunidade acadêmica	Propesq
33	Índice de produtividade da extensão	$IPE = (NPG * 5) + (NPJ * 3) + (NAT^1) / \text{somatória dos pesos}$	Numérico	Sigproj	Anual	Os números referentes à fórmula serão mensurados a partir dos dados coletados no Sistema de Gestão de Informação e Gestão de Projetos adotados pela UFT, hoje o SigProj. Legenda: IPE = Índice de Produtividade da Extensão NPG = Número de Programas de extensão NPJ = Número de Projetos de extensão NAT = Número de Atividades de extensão	Proex
34	Alcance dos Egressos	$(\text{nº de egressos participantes} / \text{nº de eventos com egressos realizados}) * 100$	Porcentagem	Prograd	Anual	Utilizar a quantidade de egressos que participaram dos eventos específicos para egressos realizados na universidade no período	Prograd
35	Índice de satisfação quanto à assistência estudantil	Pesquisa de satisfação realizada pela Proest	Porcentagem	Pesquisa de satisfação	Anual	A Pesquisa é realizada anualmente com os beneficiários dos programas de assistência estudantil. Considera-se o alcance dos objetivos de cada programa,	Proest

						que é a prevenção contra a evasão e o sucesso acadêmico	
36	Percentual de vulnerabilidade socioeconômica dos alunos atendidos pela assistência estudantil	$(\sum n^{\circ} \text{ alunos classificados (NI+NII) / Total alunos participantes}) * 100$	Porcentagem	Proest	Anual	O índice de vulnerabilidade é calculado conforme os parâmetros definidos pela Proest	Proest
37	Vulnerabilidade socioeconômica dos alunos da UFT	$(\sum n^{\circ} \text{ alunos classificados (NI+NII) / Total alunos da graduação presencial com matrícula ativa}) * 100$	Porcentagem	Proest	Anual	Este índice visa calcular o índice total de alunos socioeconomicamente vulneráveis da universidade. O índice de vulnerabilidade é calculado conforme os parâmetros definidos pela Proest	Proest
38	% cursos internacionalizados	$[(\text{curso de graduação presencial internacionalizado} + \text{curso de graduação EaD internacionalizado} + \text{curso de mestrado acadêmico internacionalizado} + \text{curso de mestrado profissional internacionalizado} + \text{curso de doutorado acadêmico internacionalizado} + \text{curso de doutorado profissional internacionalizado}) / (\text{total de cursos de graduação presenciais} + \text{total de cursos})]$	Porcentagem	PPC dos cursos	Anual	Considerar o somatório dos cursos de graduação presenciais internacionalizados no período, o somatório de cursos de graduação EaD internacionalizados no período, somatório de cursos de mestrado acadêmico internacionalizados no período, cursos de mestrado profissional internacionalizados no	Prograd

		de graduação EaD + total de cursos de mestrado acadêmico + total de cursos de mestrado profissional + total de cursos de doutorado acadêmico + total de cursos de doutorado profissional)] * 100				período, cursos de doutorado acadêmico internacionalizados no período, cursos de doutorado profissional internacionalizados no período e dividir pelo somatório do total de cursos de graduação presenciais, total de cursos de graduação Ead, total de cursos de mestrado acadêmico, total de cursos de mestrado profissional, total de cursos de doutorado acadêmico e total de cursos de doutorado profissional da universidade.	
39	% acessibilidade física	(unidades físicas com acessibilidade/total de unidades físicas) * 100	Porcentage m	Prefeitura universitária	Anual	Na parte administrativa, cada espaço destinado a uma UG é considerada uma unidade física e na parte acadêmica, cada sala de aula ou laboratório é considerado uma unidade física	Prefeitura universitária
40	% acessibilidade digital no site da UFT	(ações de acessibilidade digital/ações de acessibilidade) * 100	Porcentage m	Site da UFT	Anual	Ação de acessibilidade é toda ação voltada a aprimorar o acesso de pessoas com necessidades especiais às informações disponíveis no site da	STI e Sucom

						instituição	
41	Índice de respostas da Ouvidoria dentro do prazo	(Nº de respostas às demandas dentro do prazo / Nº total de demandas) *100	Porcentagem	Ouvidoria	Anual	Utilizar as demandas recebidas pela ouvidoria, relacionando-as com as respostas apresentadas dentro do prazo legal	Ouvidoria
42	Qualidade das respostas da Ouvidoria dentro do prazo	(Nº de respostas às demandas dentro do prazo e sem recursos / Nº total de respostas dentro do prazo) *100	Porcentagem	Ouvidoria	Anual	Utilizar as respostas dentro do prazo às demandas da ouvidoria que não tiveram recurso apresentado e relacionar com as respostas que foram apresentadas dentro do prazo	Ouvidoria
EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO							
43	Índice de qualificação do corpo docente - IQCD	$IQCD = (5D+3M+2E+1G) / (D+M+E+G)$	Numérico	Progedep	Anual		Progedep
44	Índice de qualificação do corpo técnico administrativo - IQCTA	$IQCTA = (5D+3M+2E+1G+0,75EM+0,5EF) / (D+M+E+G+EM+EF)$	Numérico	Progedep	Anual		Progedep
45	Capacitação da Audin	(soma das horas de capacitação/treinamento dos servidores/nº de servidores ativos lotados na audin)	Numérico	PGMQ	Anual	Mensura a quantidade de horas investidas no treinamento e capacitação dos servidores da auditoria interna, relacionando a quantidade de horas de cada servidor com o número de	Audin

						servidores da unidade	
46	Benefícios financeiros das recomendações da Audin	Metodologia específica da Audin com base nos normativos da CGU (PORTARIA N° 4044/2019/CGU) e na tipologia dos benefícios financeiros decorrentes da atividade de auditoria interna	Moeda	PGMQ	Anual	Mensura os gastos indevidos e/ou valores recuperados com a implementação das recomendações emitidas pela auditoria interna	Audin
47	Percentual de recursos destinados a Programas Internos da UFT	(Valor dos recursos de custeio empenhados em ações de Programas Internos / Valor total de recursos de custeio executados de ações de governo discricionárias) *100	Porcentagem	Orçamento	Anual	Quantidade de recursos destinados aos programas internos (programas integradores) da universidade	Proap
48	Índice de afastamento de docentes por questão de saúde	(Número total de docentes afastados por questões de saúde/número total de docentes da universidade) * 100	Porcentagem	Progedep	Anual	Utilizar a quantidade de docentes que se afastaram por motivo de saúde própria e relacionar com a quantidade total de docentes da universidade	Progedep
49	Índice de afastamento de técnicos administrativos por questão de saúde	(Número total de técnicos administrativos afastados por questões de saúde/número total de técnicos administrativos da universidade) * 100	Porcentagem	Progedep	Anual	Utilizar a quantidade de técnicos administrativos que se afastaram por motivo de saúde própria e relacionar com a quantidade total de técnicos administrativos da universidade	Progedep
50	Alcance das capacitações da	(n° servidores atendidos pelos cursos de capacitação	Porcentagem	Progedep	Anual	Utilizar a quantidade de servidores que finalizaram	Progedep

	UFT	ofertados pela Progedep/nº total de servidores da UFT) * 100				as capacitações ofertadas pela Progedep e relacionar com a quantidade total de servidores da universidade	
51	Índice de atendimento do PLS	ações do PLS desenvolvidas no período/total de ações definidas no PLS	Porcentagem	PLS/Naus	Anual	Utilizar as ações do PLS que foram cumpridas no PAT do período e relacionar com a quantidade total de ações que foram definidas para serem executadas no PLS	Comissão gestora do PLS
52	Índice de participação das UGs no orçamento	crédito empenhado na UG no ano/crédito empenhado na UFT no ano	Porcentagem	Orçamento	Anual	Considerar os créditos discricionários de custeio para o cálculo do indicador	Proap
53	Porcentagem de investimento em Programas Internos	(Valor dos recursos de custeio empenhados em ações de Programas Internos/Valor total de recursos de custeio executados de ações de governo discricionárias)*100	Porcentagem	Orçamento	Anual	Utilizar os valores que foram destinados aos programas internos da universidade	Proap
54	Porcentagem de investimento em TI	(Valor empenhado em TIC/Valor total do orçamento de investimento executado)*100	Porcentagem	Orçamento	Anual	Utilizar os valores que foram destinados aos investimentos em tecnologia da informação na universidade	Proap
55	% de investimento em contratos continuados	(valor empenhado em serviços continuados/valor total do orçamento de despesas continuadas) * 100	Porcentagem	Orçamento	Anual	Utilizar os valores que foram destinados aos contratos de serviços continuados na universidade	Proap
EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA							

56	Salas de aula adaptadas ao ensino remoto	(nº de salas de aula adaptadas ao ensino remoto/nº de salas de aula total da universidade) * 100	Porcentagem	Prefeitura universitária	Anual	Utilizar a quantidade de salas de aula adaptadas ao ensino remoto e relacionar com a quantidade total de salas de aula de	Prefeitura universitária
57	% acessibilidade física	(unidades físicas com acessibilidade/total de unidades físicas) * 100	Porcentagem	Prefeitura universitária	Anual	Na parte administrativa, cada espaço destinado a uma UG é considerada uma unidade física e na parte acadêmica, cada sala de aula ou laboratório é considerado uma unidade física	Prefeitura universitária
58	% acessibilidade digital no site da UFT	(ações de acessibilidade digital/ações de acessibilidade) * 100	Porcentagem	Site da UFT	Anual	Ação de acessibilidade é toda ação voltada a aprimorar o acesso de pessoas com necessidades especiais às informações disponíveis no site da instituição	STI e Sucom
DESAFIO 1 - EDUCAÇÃO INOVADORA COM EXCELÊNCIA ACADÊMICA							
59	Conceito Institucional	Resultado da autoavaliação institucional	Numérico	Inep	Anual	O indicador não possui um intervalo de variação definido e quanto maior o resultado apurado, melhor. A escala de notas, da mais baixa para a mais alta vai de 1 a 5	Proap
60	% de cursos de graduação com CPC 4 e 5	(cursos de graduação presenciais com CPC 4 + cursos de graduação presenciais com CPC 5)/(Total de cursos de	Porcentagem	Conceito Preliminar de Cursos	Anual	O indicador visa mensurar os cursos presenciais com CPC 4 e 5 relacionando-os ao total de cursos presenciais da instituição	Prograd

		graduação presenciais) * 100					
61	% de cursos de graduação com conceitos ENADE 4 e 5	(cursos de graduação presenciais com conceito Enade 4 + cursos de graduação EaD com conceito Enade 4 + cursos de graduação presenciais com conceito Enade 5 + cursos de graduação EaD com conceito Enade 5)/Total de cursos de graduação presenciais avaliados pelo Enade + total de cursos de graduação EaD avaliados pelo Enade * 100	Porcentagem	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade	Anual	O indicador visa mensurar os conceitos no Enade 4 e 5 dos cursos presenciais relacionando-os ao total de cursos presenciais avaliados na instituição no período	Prograd e DTE
62	Taxa de Sucesso da Graduação - TSG	Resultado do cálculo feito pelo MEC	Porcentagem	MEC	Anual	Quanto maior o índice, melhor para a universidade, pois demonstra que mais estudantes conseguiram concluir a graduação no período analisado	Prograd
63	Índice Geral de Cursos - IGC	Resultado do cálculo feito pelo MEC	Numérico	MEC	Anual	O indicador não possui um intervalo de variação definido e quanto maior o resultado apurado, melhor. A escola de notas, da mais baixa para a mais alta vai de 1 a 5	Prograd

64	% de cursos de pós-graduação nível mestrado com Conceito 4 ou 5	(cursos de mestrado acadêmico com nota 4 + cursos de mestrado acadêmico com nota 5 + cursos de mestrado profissional com nota 4 + cursos de mestrado profissional com nota 5)/total de cursos de mestrado acadêmicos e profissionais * 100	Porcentage m	Capes	Anual	O indicador não possui um intervalo de variação definido e quanto maior o resultado apurado, melhor. A escala de notas, da mais baixa para a mais alta vai de 1 a 5	Propesq
65	% de cursos de pós-graduação nível doutorado com Conceito 6 ou 7	(cursos de doutorado com nota 6 + cursos de doutorado com nota 7)/total de cursos de doutorado * 100	Porcentage m	Capes	Anual	O indicador não possui um intervalo de variação definido e quanto maior o resultado apurado, melhor. A escala de notas, da mais baixa para a mais alta vai de 1 a 5	Propesq
66	curso com PPC atualizado conforme diretrizes do PPI	[(curso de graduação presencial com PPC atualizado + curso de graduação EaD com PPC atualizado)/(total de cursos de graduação presenciais + total de cursos de graduação EaD)] * 100	Porcentage m	Prograd	Anual	Considerar o somatório dos cursos de graduação presenciais com PPC atualizado no período, o somatório de cursos de graduação EaD com PPC atualizado no período e dividir pelo somatório do total de cursos de graduação presenciais e Ead da universidade	Prograd

67	% de cursos com creditação da extensão instituída	[(curso de graduação presencial com creditação instituída + curso de graduação EaD com creditação instituída + curso de mestrado acadêmico com extensão instituída + curso de mestrado profissional com extensão instituída + curso de doutorado acadêmico com extensão instituída + curso de doutorado profissional com extensão instituída)/(total de cursos de graduação presenciais + total de cursos de graduação EaD + total de cursos de mestrado acadêmico + total de cursos de mestrado profissional + total de cursos de doutorado acadêmico + total de cursos de doutorado profissional)] * 100	Porcentagem	Prograd	Anual	Considerar o somatório dos cursos de graduação presenciais com extensão instituída no período, o somatório de cursos de graduação EaD com extensão instituída no período, somatório de cursos de mestrado acadêmico com extensão instituída no período, cursos de mestrado profissional com extensão instituída no período, cursos de doutorado acadêmico com extensão instituída no período, cursos de doutorado profissional com extensão instituída no período e dividir pelo somatório do total de cursos de graduação presenciais, total de cursos de graduação Ead, total de cursos de mestrado acadêmico, total de cursos de mestrado profissional, total de cursos de doutorado acadêmico e total de cursos de doutorado profissional da universidade	Prograd
----	---	--	-------------	---------	-------	---	---------

68	% de cursos internacionalizados	$\frac{[(\text{curso de graduação presencial internacionalizado} + \text{curso de graduação EaD internacionalizado} + \text{curso de mestrado acadêmico internacionalizado} + \text{curso de mestrado profissional internacionalizado} + \text{curso de doutorado acadêmico internacionalizado} + \text{curso de doutorado profissional internacionalizado}) / (\text{total de cursos de graduação presenciais} + \text{total de cursos de graduação EaD} + \text{total de cursos de mestrado acadêmico} + \text{total de cursos de mestrado profissional} + \text{total de cursos de doutorado acadêmico} + \text{total de cursos de doutorado profissional})] \times 100}{}$	Porcentagem	PPC dos cursos	Anual	<p>Considerar o somatório dos cursos de graduação presenciais internacionalizados no período, o somatório de cursos de graduação EaD internacionalizados no período, somatório de cursos de mestrado acadêmico internacionalizados no período, cursos de mestrado profissional internacionalizados no período, cursos de doutorado acadêmico internacionalizados no período, cursos de doutorado profissional internacionalizados no período e dividir pelo somatório do total de cursos de graduação presenciais, total de cursos de graduação Ead, total de cursos de mestrado acadêmico, total de cursos de mestrado profissional, total de cursos de doutorado acadêmico e total de cursos de doutorado profissional da universidade.</p>	Prograd e Propesq
----	---------------------------------	--	-------------	----------------	-------	---	-------------------

						A definição de curso internacionalizado será definida pela Prograd	
69	Cursos híbridos implementados	curso de graduação híbridos implementados/total de cursos de graduação presencial da universidade	Porcentagem	Conceito Preliminar de Cursos	Anual	Considerar a quantidade de cursos de graduação EaD com conceito 4, a quantidade de cursos de graduação EaD com conceito 5 e dividir pelo total de cursos EaD oferecidos pela universidade	Prograd e DTE
70	Qualificação na EaD	[(quantidade de docentes qualificados para atuar na Ead + quantidade de tutores da EaD qualificados)/(quantidade de cursos EaD com conceito 4 + quantidade de cursos EaD com conceito 5)]	Numérico	Currículo dos docentes e dos tutores EaD	Anual	Considerar a quantidade de docentes e tutores que atuam na EaD e	Prograd e DTE

71	Ações integradas de graduação e pós-graduação	(ações do programa integrador da Prograd realizadas em parceria com a Propesq + Ações do programa integrador da Propesq realizadas em parceria com a Prograd)/(ações integradas da Prograd + ações integradas da Propesq)	Numérico	Programas integradores	Anual	Considerar as ações descritas nos programas integradores da Prograd e Propesq e que foram realizadas em conjunto e relacioná-las com a quantidade total de ações das duas pró-reitorias descritas nos programas integradores	Prograd e Propesq
DESAFIO 2 - INCLUSÃO SOCIAL							
72	% de alunos evadidos dos cursos de graduação	(evadidos ano referência/ingressantes ano referência) * 100	Porcentagem	SIE	Anual	Para o cálculo, considerar o mesmo período para calcular os alunos evadidos e os alunos ingressantes	Prograd
73	% de alunos retidos nos cursos de graduação	(Quantidade de alunos retidos nos cursos de graduação / Quantidade de alunos ingressantes X períodos atrás nos cursos de graduação) * 100	Porcentagem	SIE	Anual	Aluno retido = Alunos vinculados no ano/semestre de referência que tenham ingressado X + 1 períodos atrás; Aluno ingressante = é todo aquele que efetivou matrícula nos cursos da UFT, após aprovação em processo seletivo, transferências e convênios, excluídos da coleta os declinantes, os alunos especiais e os alunos em mobilidade acadêmica (Art. 3, § 1º - RESOLUÇÃO Nº 08/2019 – CONSUNI);	Prograd

						X = duração padrão do curso; Cursos de graduação = Cursos regulares de graduação (definir se presenciais, EAD, PARFOR, PRONERA, etc)	
74	% de acessibilidade física	(unidades físicas com acessibilidade/total de unidades físicas) * 100	Porcentagem	Prefeitura universitária	Anual	Na parte administrativa, cada espaço destinado a uma UG é considerada uma unidade física e na parte acadêmica, cada sala de aula ou laboratório é considerado uma unidade física	Prefeitura universitária
75	% de acessibilidade digital no site da UFT	(ações de acessibilidade digital/ações de acessibilidade) * 100	Porcentagem	Site da UFT	Anual	Ação de acessibilidade é toda ação voltada a aprimorar o acesso de pessoas com necessidades especiais às informações disponíveis no site da instituição	STI e Sucom
76	% de alunos atendidos pelos programas de assistência estudantil da UFT com auxílio financeiro	(alunos de graduação presencial atendidos pelos programas de assistência estudantil com auxílio financeiro/total de alunos de graduação presencial) * 100	Porcentagem	Paineis da Proest	Anual	A coleta dos dados será feita anualmente e deverá ser considerada a quantidade de alunos da graduação presencial atendidos pelos programas de assistência estudantil com auxílio financeiro no período dividida pela quantidade total de alunos	Proest

						da graduação presencial no período	
77	% de alunos indígenas e quilombolas formados	(quantidade de alunos indígenas da graduação presencial formados no período + quantidade de alunos quilombolas da graduação presencial formados)/total de alunos formados na graduação presencial	Porcentagem	SIE	Anual	Considerar os alunos indígenas e quilombolas ingressantes na graduação presencial assim identificados no ato da matrícula, independente da forma de ingresso para a realização do cálculo	Prograd
78	% de alunos com vulnerabilidade socioeconômica formados	(quantidade de alunos com vulnerabilidade socioeconômica da graduação presencial formados)/total de alunos formados na graduação presencial	Porcentagem	SIE	Anual	Para o cálculo, considerar os alunos com vulnerabilidade socioeconômica que tiveram análise socioeconômica realizada no período	Proest e Prograd
79	Realização de análise socioeconômica	(quantidade de análises realizadas/quantidade de alunos regulares da graduação presencial) * 100	Porcentagem	Análise de dados da Proest	Anual	Análise socioeconômica é aquela realizada pelo serviço social da universidade e que tem como resultado a classificação no IVS de cada estudante da universidade	Proest
80	% atendimento de alunos pelos programas de assistência estudantil	(alunos regulares da graduação presencial atendidos/total de alunos regulares da graduação presencial) * 100	Porcentagem	Análise de dados da Proest	Anual	Aluno atendido pelos programas de assistência estudantil é aquele que recebe algum tipo de auxílio financeiro ou não financeiro	Proest

						na universidade. Aluno regular da graduação presencial é aquele aluno com matrícula ativa em qualquer curso de graduação presencial na universidade	
81	% de alunos atendidos nos restaurantes universitários	(alunos regulares da graduação presencial atendidos nos RUs/total de alunos regulares da graduação presencial) * 100	Porcentagem	Controle dos restaurantes universitários	Anual	Aluno atendido nos Rus é aquele que recebe qualquer tipo de subsídio, seja integral ou parcial para a alimentação no restaurante universitário. Aluno regular da graduação presencial é aquele aluno com matrícula ativa em qualquer curso de graduação presencial na universidade	Proest
82	% de alunos com vulnerabilidade socioeconômica atendidos nos restaurantes universitários	(alunos com vulnerabilidade socioeconômica atendidos nos RUs/total de alunos com vulnerabilidade socioeconômica) * 100	Porcentagem	Controle dos restaurantes universitários	Anual	Aluno com vulnerabilidade socioeconômica é aquele que passou pela análise do serviço social da universidade e teve o IVS definido como dentro da faixa de vulnerabilidade socioeconômica Aluno atendido nos Rus é aquele que recebe qualquer tipo de subsídio, seja integral ou parcial para a alimentação no restaurante	Proest

						universitário. Aluno regular da graduação presencial é aquele aluno com matrícula ativa em qualquer curso de graduação presencial na universidade	
83	Espaços para assistência estudantil	(quantidade de restaurantes universitários ativos + quantidade de casas do estudante próprias e ativas)	Numérico	Edificações construídas ou adquiridas e destinadas à assistência estudantil	Anual	Considerar como restaurante universitário o espaço destinado ao oferecimento de refeições à comunidade acadêmica e casa do estudante o espaço destinado à moradia de estudantes regulares da graduação presencial	Proest
84	Auxílios concedidos	(auxílio moradia concedido aos estudantes da graduação presencial + auxílio casa do estudante concedido aos estudantes da graduação presencial + auxílio alimentação concedido aos estudantes da graduação presencial + auxílio RU concedido aos estudantes da graduação presencial + auxílio saúde concedido aos estudantes da graduação presencial + auxílio inclusão digital concedido aos estudantes da graduação)	Numérico	Paineis da Proest	Anual	Para a meta inicial foi considerado o valor do exercício de 2019, tendo em vista que em 2020 houve o período de pandemia e as aulas foram suspensas, com consequente diminuição na concessão de auxílios aos estudantes Considerar a quantidade de cada auxílio da política de assistência estudantil concedida aos estudantes da graduação presencial	Proest

		presencial + auxílio cultura concedido aos estudantes da graduação presencial + auxílio apoio pedagógico concedido aos estudantes da graduação presencial)					
85	Alunos atendidos pelos programas de assistência estudantil	(estudantes da graduação presencial atendidos pelo auxílio moradia + estudantes da graduação atendidos pelo auxílio casa do estudante + estudantes da graduação presencial atendidos pelo auxílio alimentação + estudantes da graduação presencial atendidos pelo auxílio RU + estudantes da graduação presencial atendidos pelo auxílio saúde + estudantes da graduação presencial atendidos pelo auxílio inclusão digital + estudantes da graduação presencial atendidos pelo auxílio cultura + estudantes	Numérico	Paineis da Proest	Anual	Considerar os estudantes da graduação presencial que receberam os auxílios descritos na política de assistência estudantil da universidade	Proest

		da graduação presencial atendidos pelo auxílio apoio pedagógico)					
86	Alunos atendidos nos restaurantes universitários	Soma de todos os alunos regulares da graduação presencial atendidos no RU	Numérico	Paineis da Proest	Anual	Considerar os estudantes da graduação presencial que foram atendidos no restaurante universitário	Proest
DESAFIO 3 - INOVAÇÃO, TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO							
87	% de recursos externos captados por meio da prestação de serviços técnicos	(recursos externos captados por meio da prestação de serviços técnicos/total de recursos externos captados) * 100	Porcentagem	NIT	Anual	Utilizar o valor que é captado com a prestação de serviços técnicos em relação ao montante de recursos externos captados pela UFT destinados à pesquisa e extensão	Propesq
88	% de recursos externos captados com licenciamento e transferência de tecnologias (patentes, softwares e know how)	(recursos externos captados com licenciamento e transferência de tecnologia/total de recursos externos captados) * 100	Porcentagem	NIT	Anual	Utilizar o valor que é captado com a prestação de serviços técnicos em relação ao montante de recursos externos captados pela UFT destinados à pesquisa e extensão	Propesq

89	Laboratórios prestadores de serviços técnicos e de alta tecnologia e prototipagem	Quantidade de laboratórios prestadores de serviços técnicos	Numérico	NIT	Anual	Considerar somatório de laboratórios prestadores de serviços técnicos (baixa, média e alta complexidade) + Laboratórios de prototipagem	Propesq
90	Mecanismos geradores de empreendimentos	Nº empresas juniores + nº de incubadoras de empresas + nº de aceleradoras de empresas + nº de Co-workings + nº de Living labs	Numérico	NIT	Anual	Somatório das Variáveis: 1) Nº empresas juniores; 2) Nº de incubadoras de empresas; 3) Nº de aceleradoras de empresas; 4) Nº de Co-workings; 5) Nº de living labs.	Propesq
91	Pedidos de patentes	(nº de patentes depositadas titularidade exclusiva UFT)*1 + (nº de patentes em co-titularidade com empresas ou outra ICT)*2 + (nº patentes concedidas)*5	Numérico	NIT	Anual	Peso 1: Nº de patentes (de invenção e modelos de utilidade) depositadas; Peso 2: Nº de patentes em co-titularidade com empresas ou outra ICT; Peso 5: Nº de patentes concedidas.	Propesq
92	Patentes licenciadas	(nº de patentes licenciadas)*5 + (nº de patentes transferidas: cessão onerosa)*3 + (nº de patentes transferidas: cessão não onerosa)*2	Numérico	NIT	Anual	Peso 5: nº de patentes licenciadas; Peso 3: nº de patentes transferidas: cessão onerosa; Peso 2: nº de patentes transferidas: cessão não onerosa.	Propesq
93	Outros tipos de Ativos de	nº de softwares registrados + nº de registros de desenho	Numérico	NIT	Anual	Somatório das variáveis: 1) Nº de softwares	Propesq

	Propriedade Intelectual	industrial + de marcas registradas + de cultivares registradas				registrados; 2) N° de registros de desenho industrial; 3) N° de marcas registradas; 4) N° de cultivares registradas.	
94	Acordos de parceria, convênios e contratos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	N° de acordos de parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação + N° de convênios e contratos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	Numérico	NIT	Anual	Somatório das variáveis: 1) N° de acordos de parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; 2) N° de convênios e contratos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.	Propesq
95	N° de Hubs (espaço físico) de inovação nos câmpus	N° de Hubs (espaço físico) de inovação nos câmpus	Numérico	NIT	Anual	Considerar os espaços físicos de inovação construídos ou adquiridos nos câmpus da universidade	Propesq
96	Empreendimentos inovadores de base tecnológica	n° de empresas incubadas + n° de empresas graduadas + N° de Spin off acadêmicos + N° de Startups	Numérico	NIT	Anual	Somatório das variáveis: 1) N° empresas incubadas (Vinculadas no ano de análise) 2) N° de empresas graduadas (somatório das empresas graduadas); 3) N° de Spin off acadêmicos; 4) N° de Startups.	Propesq
97	Quantidade de ações articuladas com outras ICTs,	N° de acordos de cooperação técnica firmados entre ICT e empresas + N° de redes ou	Numérico	NIT	Anual	Somatório de variáveis: 1) N° de convênios (acordos de cooperação) firmados	Propesq

	empresas privadas e poder público	projetos multi-institucionais				entre ICT e empresas vigentes; 2) N° de redes ou projetos multi-institucionais (vigentes).	
DESAFIO 4 - RECONHECIMENTO SOCIAL							
98	Público alcançado por programas e projetos de extensão	N° total de pessoas atendidas por programas e projetos de extensão / n° de projetos e programas de extensão ativos no período	Numérico	Sistemas de informação da extensão (sigproj)	Anual	Utilizar a quantidade total de pessoas atendidas pelos projetos no período de referência e dividir pela quantidade total de projetos/programas de extensão ativos na universidade no período	Proex
99	Proporção de estudantes de graduação envolvidos com extensão	(N° de alunos da graduação presencial envolvidos em ações de extensão / N° total de alunos da graduação presencial com matrícula ativa) * 100	Porcentagem	Sistemas de informação da extensão (sigproj)	Anual	Utilizar a quantidade total de alunos da graduação presencial que participam da equipe de execução de atividades de extensão e dividir pela quantidade total de alunos da graduação presencial com matrícula ativa no período	Proex
100	Municípios atingidos pela extensão	Soma dos Municípios atingidos pela extensão	Numérico	Sistemas de informação da extensão (sigproj)	Anual	Utilizar a quantidade total de municípios do estado do Tocantins que foram beneficiados com as ações de extensão realizadas pela universidade, conforme registros no sigproj	Proex
101	Ações de extensão no	N° de ações de extensão no estado do Tocantins.	Numérico	Sistemas de informação	Anual	Utilizar a quantidade total de ações de extensão	Proex

	estado do Tocantins			da extensão (sigproj)		realizadas pela universidade, conforme registros no sigproj	
102	Alcance da EaD	(nº de municípios polo de cursos EaD/total de municípios do Estado) * 100	Porcentagem	SIE/Cadastro de cursos EaD	Anual	Utilizar a quantidade total de municípios que possuem polo EaD com cursos da UFT e dividir pela quantidade total de municípios do estado do Tocantins	DTE
103	Patentes depositadas	Somatório da quantidade de patentes depositadas	Numérico	Sistema de controle do NIT	Anual	Utilizar a quantidade total de patentes depositadas no período	Propesq
104	% de aumento do total de recursos captados por meio da prestação de serviço técnico-especializado	[(recursos captados com prestação de serviço técnico-especializado no ano de referência / recursos captados com prestação de serviço técnico-especializado no ano anterior) - 1] * 100	Porcentagem	NIT	Anual	Utilizar o valor que é captado com a prestação de serviços técnicos em relação ao montante de recursos externos captados pela UFT destinados à pesquisa e extensão	Propesq
DESAFIO 5 - MECANISMOS DE GOVERNANÇA PÚBLICA							
105	Índice Integrado de Governança e Gestão - iGG	Calculado pelo TCU	Porcentagem	TCU	Anual	Considerar os índices calculados pelo TCU	Proap
106	Índice de governança pública - iGovPub	Calculado pelo TCU	Porcentagem	TCU	Anual	Considerar os índices calculados pelo TCU	Proap
107	Índice de governança e gestão de pessoas -	Calculado pelo TCU	Porcentagem	TCU	Anual	Considerar os índices calculados pelo TCU	Proap

	iGovPessoas						
108	Índice de capacidade em gestão de pessoas - iGovPessoas	Calculado pelo TCU	Porcentagem	TCU	Anual	Considerar os índices calculados pelo TCU	Proap
109	Índice de governança e gestão de TI - iGovTI	Calculado pelo TCU	Porcentagem	TCU	Anual	Considerar os índices calculados pelo TCU	Proap
110	Índice de capacidade em gestão de TI - iGestTI	Calculado pelo TCU	Porcentagem	TCU	Anual	Considerar os índices calculados pelo TCU	Proap
111	Atividades efetivas do CGD	(quantidade de reuniões do CGD realizadas no período/quantidade de softwares desenvolvidos após a aprovação no CGD)	Numérico	Atas das reuniões do CGD	Anual	Considerar a quantidade de reuniões do CGD realizadas e a quantidade de softwares desenvolvidos após aprovação no CGD	Gabinete e STI
112	Índice de governança e gestão de contratações - iGovContrat	Calculado pelo TCU	Porcentagem	TCU	Anual	Considerar os índices calculados pelo TCU	Proap
113	Índice de capacidade em gestão de contratações - iGestContrat	Calculado pelo TCU	Porcentagem	TCU	Anual	Considerar os índices calculados pelo TCU	Proap
114	Nível de risco estratégico	(Média do Grau de probabilidade * Média do Grau de impactos dos riscos)	Numérico	Riscos definidos para o PDI	Anual	RI - nível de risco estratégico e RR - nível de risco residual	Proap

115	Nível de maturidade	Calculado pelo TCU e auditoria interna	Numérico	Calculado pelo TCU e auditoria interna	Anual	RI - nível de risco estratégico e RR - nível de risco residual	Proap
116	% de unidades gestoras da reitoria com todos os processos e riscos mapeados	(UG da reitoria com processos e riscos mapeados/total de UG da reitoria) * 100	Porcentagem	Mapeamento de processos coordenados pela proap	Anual	Considerar como unidade gestora toda aquela que recebe recurso e assim está definida no PDO e no PDI	Proap
117	% de câmpus com todos os processos e riscos mapeados	(câmpus com processos e riscos mapeados/quantidade de câmpus) * 100	Porcentagem	Mapeamento de processos coordenados pela proap	Anual	Considerar como câmpus com processo e risco mapeado quando todas as unidades do câmpus estiverem com os processos e riscos mapeados	Proap
118	% cumprimento das diretrizes de ensino do PDI 2021 - 2015	Calculado pelo Naus	Porcentagem	Naus	Anual	Considerar o cumprimento das seguintes diretrizes: 2.2, 2.6, 2.7, 3.1, 3.6, 3.7, 3.8, 3.12, 5.13	Proap
119	% cumprimento das diretrizes de pesquisa do PDI 2021 - 2015	Calculado pelo Naus	Porcentagem	Naus	Anual	Considerar o cumprimento das seguintes diretrizes: 2.2, 2.3, 3.2, 3.3, 3.4, 3.6, 3.7, 3.8, 3.12	Proap
120	% cumprimento das diretrizes de extensão do PDI 2021 - 2015	Calculado pelo Naus	Porcentagem	Naus	Anual	Considerar o cumprimento das seguintes diretrizes: 2.3, 2.4, 2.5, 3.4, 3.5	Proap
121	% cumprimento das diretrizes de assistência estudantil do PDI	Calculado pelo Naus	Porcentagem	Naus	Anual	Considerar o cumprimento das seguintes diretrizes: 3.11, 3.12, 5.5	Proap

	2021 - 2015						
--	-------------	--	--	--	--	--	--

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE APETITE AO RISCO

DECLARAÇÃO DE APETITE A RISCO DA UFT

INTRODUÇÃO

A governança (TCU, 2003) é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Durante a construção do PDI 2021-2025 foram criados cinco desafios com a finalidade de desenvolver e aprimorar a governança na universidade e, mais especificamente o desafio 5 – Mecanismos de Governança Pública - tem essa atribuição.

Para o bom desenvolvimento da governança é necessário também que os mecanismos sejam aprimorados por meio de ações para otimizar a liderança, a estratégia e os controles. Assim, com o fito de desenvolver os controles no âmbito da instituição que foi elaborada a política de governança e gestão de riscos, onde estão as regras para o gerenciamento dos riscos institucionais e o estabelecimento de controles necessários para a mitigação desses riscos.

A fim de que haja o gerenciamento dos riscos é necessário que seja definido o apetite ao risco, ou seja, qual o nível de risco que a universidade está disposta a aceitar ou admitir durante a realização de suas atividades. Por isso, a declaração de apetite a risco tornou-se um documento importante e necessário para que a cultura de risco seja difundida entre os gestores e as unidades em conjunto com o planejamento das ações, fazendo com que o gerenciamento de riscos seja um instrumento utilizado pela gestão durante a tomada de decisões.

A declaração de apetite ao risco vem, portanto, para contribuir com a disseminação da cultura de planejamento e riscos na universidade, apresentando os aspectos do apetite a risco e, considerando o nível de maturidade da gestão de riscos que foi mensurado em trabalho realizado pela auditoria interna em 2018. É de extrema importância que todos os níveis e áreas da universidade tenham conhecimento do gerenciamento de riscos para que a cultura seja disseminada de maneira equânime e contribua para uma entrega de serviços com alto valor à sociedade na qual está inserida.

Essa declaração tende a contribuir com o monitoramento dos riscos e pode ser revisada sempre que o comitê de governança e riscos julgar necessário, sempre buscando a melhoria dos processos de controle da evolução dos riscos institucionais.

TIPOS DE RISCO E FATORES MITIGADORES

A Declaração do apetite ao risco da UFT visa estabelecer e demonstrar o nível de risco que a universidade está disposta a aceitar após avaliar como os riscos podem afetar o cumprimento dos objetivos definidos no PDI.

De acordo com a política de governança e gestão de riscos, foram elencados 3 tipos de risco e aqui são apresentados os elementos mitigadores para cada um deles. Os elementos mitigadores visam direcionar as categorias de ações que devem ser realizadas para a mitigação dos riscos identificados.

1 – Riscos estratégicos: aqueles que podem afetar o alcance dos objetivos estratégicos e o desenvolvimento das diretrizes definidas durante a construção do PDI e estão diretamente ligados à tomada de decisões e entrega de valor.

Por que gerenciar esses riscos? Para contribuir com a redução de eventos inoportunos nos objetivos estratégicos e na entrega de valor para a sociedade.

Elementos mitigadores – aprovação, execução e monitoramento do planejamento institucional.

2 - Riscos operacionais: aqueles que englobam todas as possíveis falhas internas decorrentes de deficiências ou inadequação de processos, estrutura, pessoas, sistemas, tecnologias.

Por que gerenciar esses riscos? Com o objetivo de definir e estabelecer controles para que pessoas, processos, sistemas ou eventos externos impeçam a capacidade da universidade de atingir seus objetivos.

Elementos mitigadores – definição, estabelecimento e/ou aperfeiçoamento de controles internos.

3 - Riscos para a integridade: aqueles que configuram ação ou omissão que podem favorecer a ocorrência de fraudes, atos de corrupção, irregularidades, desvios éticos e de conduta e que comprometem os valores da instituição.

Por que gerenciar esses riscos? Para administrar eventos causados pela falta de honestidade e desvios éticos que podem afetar a probidade da gestão dos recursos públicos e das atividades da universidade.

Elementos mitigadores - códigos de ética e de conduta; canal de denúncias; processos de correição instalados; monitoramento e revisão do Plano de Integridade.

DECLARAÇÃO DO APETITE

Para a declaração do apetite algumas definições devem ser consideradas, bem como a matriz de riscos apresentada abaixo:

Figura 5 – Matriz de riscos

IMPACTO	10	10	20	50	80	100
	8	8	16	40	64	80
	5	5	10	25	40	50
	2	2	4	10	16	20
	1	1	2	5	8	10
		1	2	5	8	10
PROBABILIDADE						

Fonte: elaborado pela Proap

Apetite baixo – quando a universidade aceita somente os riscos baixos (riscos verdes), que não impedem substancialmente a capacidade de alcançar os objetivos estratégicos.

Apetite médio – quando a universidade aceita os riscos de nível baixo e médio (riscos verdes e laranjas), que podem atrasar ou interromper a realização dos objetivos estratégicos.

Apetite alto – quando a universidade aceita os riscos de nível baixo, médio e alto (riscos verdes, laranjas e vermelhos) que têm elevada probabilidade de impactar a capacidade de atingir os objetivos estratégicos.

Os riscos extremos (vermelhos) não são considerados para a declaração do apetite, já que devido ao impacto para a universidade devem ser evitados.

Diante das definições apresentadas, a UFT declara o apetite ao risco como **BAIXO**, aceitando somente os riscos baixos (verdes), aplicando sempre princípios sólidos de gerenciamento de riscos, decisões transparentes e comunicação efetiva para priorizar a gestão de riscos.

MONITORAMENTO DO APETITE

Anualmente haverá a avaliação dos níveis de risco e a consequente verificação do enquadramento ou não ao apetite declarado. Caso seja verificada a superação do apetite, as unidades responsáveis pelos riscos serão informadas para que desenvolvam ações mitigadoras e implementem os controles necessários para a redução dos níveis dos riscos, fazendo com que retornem ao apetite anunciado pela universidade. O comitê de governança e riscos, como instância máxima de governança, também será informado quando houver eventuais exceções dos limites de risco estabelecidos.

Todo desvio ao apetite definido deve ser acompanhado de justificativa por escrito dos gestores responsáveis pelo processo.

ANEXO III – MODELO DE MEMÓRIA DE REUNIÃO

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Reunião Trimestral de Avaliação do Desempenho e Proposição de Medidas de Intervenção que Garantam o Atingimento dos Objetivos

Assunto: Reunião Trimestral de Avaliação do Desempenho e Proposição de Medidas de Intervenção que Garantam o Atingimento dos Objetivos

Data da reunião:

Relato: inserir aqui um breve relato dos pontos principais que foram discutidos na reunião e os encaminhamentos que foram dados.

Participantes da reunião*:

NOME	SETOR	ASSINATURA

* no caso da realização de reunião on-line, os participantes devem assinar digitalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Declaração de apetite a riscos – Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais

Resolução TCU nº 320, de 12 de agosto de 2020.

ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL: CONCEITO. O QUE É? DEFINIÇÃO, ORIGEM.

MARCONDES, José Sérgio. Disponível em

<<https://gestaodesegurancaprivada.com.br/estrategia-organizacional-conceito/>> Acesso em 06 de out. de 2020.